UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

LÊDA FAUSTINO MENDES

PERCEPÇÃO DE GESTORES ESCOLARES A RESPEITO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

JOÃO PESSOA
2026

LÊDA FAUSTINO MENDES

PERCEPÇÃO DE GESTORES ESCOLARES A RESPEITO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, apresentado ao Curso de Pedagogia Presencial, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Drª. Munique Massaro

JOÃO PESSOA

2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M538p Mendes, Lêda Faustino.
Percepção de gestores escolares a respeito da formação continuada dos profissionais para promover a educação inclusiva / Lêda Faustino Mendes. - João Pessoa, 2026.
49 f. : il.

Orientação: Munique Massaro.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação inclusiva. 2. Formação continuada. 3. Gestão escolar. I. Massaro, Munique. II. Título.

UFPB/CE CDU 37(043.2)

Elaborado por SUELEÉM VIEIRA MOURA BRITO - CRB-15/397

LÊDA FAUSTINO MENDES

PERCEPÇÃO DE GESTORES ESCOLARES A RESPEITO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

TCC aprovado em 11/08/2026 como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

gov.br
Documento assinado digitalmente
MUNIQUE MASSARO
Data: 01/09/2026 12:05:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Munique Massaro - (UFPB - Orientadora)

Profª. Ms. Ana Thamiris Batista de Farias - (UNIFIP - Externa)

Profª. Drª. Izaura Maria de Andrade da Silva - (UFPB - Interna)

DEDICO este trabalho a todas as equipes escolares para refletirem sobre a sua prática inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por permitir que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

A minha mãe e ao meu esposo, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a esta pesquisa.

A professora Munique Massaro, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

Enfim, a todos que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção."

Paulo Freire

RESUMO

O estudo aborda a formação continuada da equipe escolar como elemento essencial para a promoção da educação inclusiva, tema motivado pela constatação da lacuna entre teoria e prática na inclusão de alunos público da educação especial em escolas privadas. O objetivo geral é analisar a percepção dos gestores administrativos e pedagógicos a respeito da formação continuada da equipe escolar para promover a educação inclusiva. A metodologia utilizada foi qualitativa e exploratória, com aplicação de questionários a três gestoras administrativas e pedagógicas de escolas particulares em João Pessoa-PB. A análise das respostas permitiu identificar temas relacionados à formação continuada, barreiras e práticas inovadoras na inclusão escolar. Os resultados revelaram que a formação continuada é reconhecida como fundamental para qualificar os profissionais para trabalhar com a diversidade nas salas de aula, entretanto, as escolas enfrentam desafios como insuficiência de recursos, resistência e dificuldades no engajamento familiar. As gestoras destacaram a importância da liderança escolar na organização das formações, adequação dos espaços físicos e adaptações curriculares, além do envolvimento da comunidade escolar para fortalecer a inclusão. Nas considerações finais, conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende da formação contínua da equipe, da liderança comprometida e do apoio da comunidade escolar. Recomenda-se o investimento em políticas públicas, recursos e capacitações que garantam a acessibilidade e o respeito às diferenças, contribuindo para uma cultura escolar inclusiva e uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: educação inclusiva; formação continuada; gestão escolar.

ABSTRACT

This study addresses the continuing education of school staff as an essential element for promoting inclusive education, a topic motivated by the observed gap between theory and practice in the inclusion of students with special educational needs in private schools. The overall objective is to analyze the perception of administrative and pedagogical managers regarding the continuing education of school staff to promote inclusive education. The methodology used was qualitative and exploratory, with the application of questionnaires to three administrative and pedagogical managers from private schools in João Pessoa-PB. The analysis of the responses allowed the identification of themes related to continuing education, barriers, and innovative practices in school inclusion. The results revealed that continuing education is recognized as fundamental to qualifying professionals to work with diversity in the classroom; however, schools face challenges such as insufficient resources, resistance, and difficulties in family engagement. The managers highlighted the importance of school leadership in organizing training, adapting physical spaces and curricular adaptations, as well as the involvement of the school community to strengthen inclusion. In conclusion, it is argued that the effective implementation of inclusive education depends on the continuous training of the staff, committed leadership, and the support of the school community. Investment in public policies, resources, and training that guarantee accessibility and respect for differences is recommended, contributing to an inclusive school culture and quality education for all.

Keywords: inclusive education; continuing education; school management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 09
2 REFERENCIAL TEÓRICO..... 12
2.1 CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.....12
2.2 O PAPEL DO GESTOR E A FORMAÇÃO DA EQUIPE ESCOLAR.....16
2.2.1 O papel dos profissionais no âmbito escolar..... 20
3 METODOLOGIA..... 22
4 RESULTADOS..... 26
4.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DA PESQUISA DA GESTORA A.....26
4.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DA PESQUISA DA GESTORA B.....28
4.3 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DA PESQUISA DA GESTORA C.....31
5 DISCUSSÕES.....35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....38
REFERÊNCIAS.....40
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A GESTÃO DA ESCOLA.....42
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....47

1 INTRODUÇÃO

O referido estudo tem como tema “a formação continuada da equipe escolar para promover uma educação inclusiva”. O meu interesse pela educação inclusiva surgiu ao comparar a teoria da universidade com a prática como professora na rede privada. Observei que a inclusão não é totalmente efetivada e percebi que incluir crianças público da educação especial no ambiente educacional vai além da estrutura física, e assim indaguei: será que os profissionais que trabalham na escola estão preparados para promover a educação inclusiva? Diante das minhas observações percebi a falta de profissionalismo de profissionais distintos, que não tem o conhecimento necessário para incluir uma criança e acaba excluindo a mesma. Infelizmente essa é uma realidade muito presente nas escolas.

A educação inclusiva é considerada fundamental para a transformação da sociedade, pois visa democratizar o acesso à educação, promovendo a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. A educação inclusiva desafia os padrões tradicionais de homogeneização que historicamente marginalizam diversos grupos, como pessoas com deficiência, alunos de minorias étnicas, sociais e outras categorias (Guimarães, 2022).

Nas raízes da educação inclusiva tem-se a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que busca integrar todos os alunos em ambientes comuns do sistema regular de ensino, que historicamente é desafiado por barreiras diversas. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 foi um marco para a inclusão escolar (Brasil, 2008). E conforme Brasil (2025), o Decreto nº 12.686 instituiu a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, que reafirmou o compromisso do governo federal em garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com altas habilidades (AH) ou superdotação (SD).

Nesse contexto, a formação continuada dos profissionais da educação é crucial para a efetiva implementação da educação inclusiva, envolvendo teoria, prática e troca de experiências (Braga, 2024). A formação de professores é destacada como um aspecto fundamental para a implementação eficaz da educação inclusiva, devendo incluir estratégias e conteúdos voltados para a educação inclusiva, preparando assim, os professores para trabalhar com situações e necessidades diversas que podem surgir em salas de aula que atendem alunos público da educação especial. Além disso, se faz necessário que os cursos de formação inicial de professores integrem componentes curriculares que tratem da Educação Especial e Inclusiva, a fim de desenvolver competências específicas para atuar com a diversidade (Almeida, 2023).

O gestor escolar desempenha um papel crucial na liderança e gestão de recursos para a inclusão. Ele é responsável por criar um ambiente escolar onde todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais, possam aprender e se desenvolver, devendo inspirar e mobilizar a equipe escolar para abraçar a inclusão como um valor central da instituição, fomentando um clima de diversidade e respeito, assegurando a disponibilidade de recursos adequados, tanto materiais quanto humanos. Os profissionais da educação devem estar aptos a identificar e enfrentar os desafios do ensino inclusivo, que incluem a necessidade de flexibilizações curriculares e metodológicas para atender às particularidades de cada aluno (Freitas; Oliveira, 2021).

Entretanto, a formação continuada, que é essencial para manter os educadores atualizados sobre novas práticas e teorias da inclusão, muitas vezes é negligenciada. Profissionais da educação podem não ter acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional que abordem as necessidades de alunos com diferentes habilidades e perfis. A implementação de práticas educativas inclusivas muitas vezes enfrenta resistência por parte de alguns membros da equipe escolar. Portanto, considerando os desafios da educação inclusiva, surge a problemática estabelecida deste estudo com a seguinte questão: qual é a percepção dos gestores administrativo e pedagógico a respeito da formação continuada da equipe escolar para promover uma educação inclusiva?

A diversidade de necessidades entre os alunos com deficiência e aqueles sem deficiência apresenta um grande desafio. A formação da equipe deve ser abrangente o suficiente para equipá-los a lidar com uma gama variada de necessidades individuais, o que pode ser difícil se o currículo de formação não for elaborado para isso. Deste modo, diante do exposto justifica-se o estudo como sendo de grande relevância para profissionais da área educacional e áreas afins.

O estudo tem como Objetivo Geral: analisar a percepção dos gestores administrativos e pedagógicos a respeito da formação continuada da equipe escolar para promover a educação inclusiva. E tem como Objetivos Específicos: identificar o papel dos gestores administrativos e pedagógicos na promoção da educação inclusiva na escola; identificar os desafios enfrentados pela equipe escolar na formação continuada para a implementação da educação inclusiva; identificar as estratégias adotadas pela gestão escolar para capacitar a equipe e superar barreiras na promoção de uma educação inclusiva efetiva.

Esta pesquisa está organizada em seis seções que abordam diferentes aspectos relacionados à formação continuada da equipe escolar para promover uma educação inclusiva, além dos elementos para a construção do trabalho.

Na seção 2, temos o Referencial Teórico: foram discutidos os principais conceitos relacionados à educação inclusiva, suas origens e as legislações que regem a inclusão escolar no Brasil. Além disso, foi apresentado um panorama das práticas educativas inclusivas e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino.

Na seção 3, temos a Metodologia: foi detalhado o método de pesquisa utilizado, incluindo a abordagem qualitativa, com a aplicação de um questionário às gestoras administrativas e pedagógicas em três escolas particulares localizadas em João Pessoa-PB, Brasil.

Nas seções 4 e 5, temos os Resultados e Discussões: foi apresentada a análise dos dados gerados durante a pesquisa, destacando as percepções das gestoras administrativas e pedagógicas sobre a formação continuada, a inclusão e as práticas pedagógicas nas salas de aula. Também foram discutidas as barreiras identificadas e as estratégias adotadas para superá-las.

A última seção apresenta as considerações finais do estudo, refletindo sobre a importância da formação continuada da equipe escolar na promoção de uma educação inclusiva. Foram propostas recomendações para futuras pesquisas e para práticas que possam ser implementadas nas escolas, visando a melhoria da inclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentadas discussões sobre a educação inclusiva, o papel do gestor na formação continuada da equipe escolar e ainda foram discutidos elementos acerca do papel dos profissionais da equipe escolar para a garantia da participação e aprendizagem dos alunos público da educação especial.

2.1 CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A educação inclusiva surge como resposta às práticas de exclusão que historicamente marcaram a educação e a sociedade. A inclusão na educação é uma evolução das ideias sobre integração, onde o foco se desloca da adaptação das pessoas com deficiência ou aquelas de minorias para a construção de um ambiente escolar que acomode todas as diversidades. A inclusão tem raízes em movimentos que defendem os direitos humanos e igualdade de oportunidades, e é reconhecida como um direito social na constituição de diversos países, incluindo o Brasil (Guimarães, 2022).

Os aspectos históricos e legais da Educação Especial Inclusiva incluem diversos elementos descritos a seguir:

- História da educação especial inclusiva: a luta pela educação especial inclusiva tem raízes em um movimento mais amplo por direitos humanos, que começou a ganhar força em várias partes do mundo nas décadas de 1970 e 1980. No Brasil, essa discussão foi impulsionada por conferências e legislações que buscavam reconhecer e garantir os direitos à educação de todos, independentemente de suas necessidades educacionais (Almeida, 2023).
- Constituição Federal de 1988: o artigo 206 menciona a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, reforçando a responsabilidade do Estado em garantir que todos tenham oportunidades de aprendizado adequadas (Brasil, 1988).
- Declaração de Salamanca: um marco importante foi a Declaração de Salamanca, de 1994, que estabelece que toda criança tem direito à educação. Essa declaração requer que as escolas acolham todas as crianças, atendendo às suas necessidades (Unesco, 1994). Essa base mundial influenciou muitos países a promoverem legislações e práticas voltadas para a inclusão.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN): o artigo 60 reforça a preferência pelo atendimento de alunos com necessidades educacionais na rede regular de ensino. A educação especial é definida como modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 1996).
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): esta lei, que entrou em vigor em 2015, estabelece princípios e diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiência, garantindo direitos de acesso à educação em igualdade de condições (Brasil, 2015).
- Decreto nº 12.686/2025, de 20 de outubro de 2025: esse decreto ganhou uma nova redação a partir do Decreto nº 12.773/2025 de 08 de dezembro de 2025. O Decreto nº 12.773/2025 alterou o Decreto nº 12.686/2025 ao incluir os artigos 4º-A e 19º-A, que reforçam a garantia de condições para que alunos da Educação Especial participem do ensino em igualdade de oportunidades e recebam suporte especializado, como recursos e serviços de Tecnologia Assistiva e condições para a acessibilidade curricular. Essas mudanças visam assegurar que a inclusão seja plena, atendendo não apenas à acessibilidade física, mas também às necessidades pedagógicas para a aprendizagem e desenvolvimento desses estudantes, consolidando assim o direito à educação inclusiva no Brasil (Brasil, 2025a; 2025b).
- Políticas Públicas: além das leis, a implementação de políticas públicas, como a antiga Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), enfatiza a importância da inclusão e orienta práticas pedagógicas que atendam à diversidade no ambiente escolar (Almeida, 2023).

Esses aspectos históricos e legais são fundamentais para entender o contexto da educação inclusiva no Brasil e as obrigações que as instituições e os educadores têm para promover uma educação que respeite a diversidade e atenda a todos os estudantes. O direito à educação inclusiva para alunos público da educação especial tem sido construído ao longo de décadas no Brasil, com marcos legais e políticas que buscam garantir o acesso, a permanência e o sucesso desses alunos no sistema educacional (Brasil, 2023).

A evolução da legislação e políticas de educação especial no Brasil reflete um processo de transformação em direção à inclusão social e educacional de pessoas com deficiência. Essas legislações e políticas têm contribuído progressivamente para a construção de uma sociedade mais inclusiva, refletindo uma transformação cultural em relação a aceitação e respeito às diferenças no contexto educacional e social. A evolução continua sendo um desafio, com a necessidade de implementação efetiva e monitoramento das políticas propostas (Almeida, 2023).

O Brasil tem avançado na promulgação de legislações que garantem direitos e acesso à educação inclusiva, estabelecendo a educação como um direito de todos, reforçando o compromisso do Estado com a inclusão social e educacional. Essas legislações são fundamentais para criar um ambiente legal mais favorável à inclusão e à promoção dos direitos humanos (Freitas; Oliveira, 2021).

Entretanto, a educação inclusiva não é apenas uma política educativa, mas um movimento social que reflete a necessidade de atender às necessidades de todos os alunos. A inclusão é vital para que se garanta a diversidade no ambiente educacional, permitindo que cada aluno, independentemente de suas condições físicas, sociais ou emocionais, tenha acesso ao ensino (Guimarães, 2022).

Portanto, a evolução da legislação e das políticas de educação especial no Brasil representa um passo importante na direção da inclusão, mas a sua efetivação prática ainda enfrenta obstáculos significativos. Para que a inclusão se torne uma realidade nas escolas, é imprescindível superar barreiras relacionadas à formação, monitoramento das políticas e construção de uma cultura educacional que valorize a diversidade. A educação inclusiva é um processo contínuo que exige o compromisso de toda a sociedade para garantir o direito à educação de qualidade para todos.

De acordo com Almeida (2023), os principais desafios da educação inclusiva envolvem:

- Infraestrutura adequada: a falta de ambientes adequados para acolher alunos com deficiências é um dos grandes desafios. É necessário criar ambientes acessíveis e adaptar espaços que possam atender a essa diversidade de realidades educacionais.
- Preparação dos professores: a formação docente é crucial. Há uma preocupação se os cursos de licenciatura estão, de fato, capacitando os futuros professores para atuar em turmas inclusivas. A formação precisa incluir conhecimentos sobre como respeitar as diferenças e necessidades de cada aluno.

- Falta de conhecimento e habilidade dos educadores: muitos educadores enfrentam dificuldades para se comunicar e interagir com alunos com deficiência, o que dificulta a inclusão.
- Recursos e investimentos: a ausência de investimentos financeiros direcionados ao AEE limita as possibilidades de inclusão adequada e desenvolvimento das práticas pedagógicas.
- Cultura de inclusão: a necessidade de implementar uma cultura que inclua compreensão e respeito às pessoas com deficiência, tanto entre alunos como entre as famílias, é fundamental para o sucesso da inclusão.

Portanto, esses desafios destacam a complexidade da educação inclusiva e a urgência de ações efetivas para superá-los. Há necessidade de investir na formação contínua de professores, capacitando-os para trabalhar com a diversidade de alunos e as desigualdades presentes nas salas de aula. A formação deve incluir abordagens pedagógicas que promovam a inclusão e a equidade.

A educação inclusiva é um modelo educacional que busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características pessoais ou necessidades educacionais, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes escolares regulares. Segundo os autores Mello, Moll, (2020) e Almeida (2023), os principais pontos sobre educação inclusiva incluem:

- Direito à Educação: a educação inclusiva reafirma que toda criança tem o direito fundamental à educação, conforme estabelecido na Declaração de Salamanca (1994) e assegurado por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
- Acessibilidade curricular: para que a inclusão seja efetiva, é necessário que o currículo escolar seja acessível de acordo com as necessidades dos alunos. Isso implica que professores e escolas devem estar preparados para desenvolver práticas pedagógicas que atendam a essa diversidade.
- Formação de professores: a formação docente desempenha um papel crucial na educação inclusiva. Professores precisam ser capacitados para trabalhar com a diversidade dentro de sala de aula, conhecer as flexibilizações necessárias e desenvolver estratégias de ensino que favoreçam todos os alunos. A falta de preparação específica é um desafio.

- Ambiente escolar inclusivo: o ambiente escolar deve ser acessível e acolhedor para todos os alunos. Isso envolve não apenas a estrutura física da escola, mas também a cultura escolar, que deve promover o respeito e a valorização das diferenças.
- Financiamento adequado: deve-se assegurar um financiamento adequado para as escolas públicas, permitindo que ofereçam educação de qualidade, garantindo infraestrutura adequada e recursos didáticos suficientes.
- Avaliação justa: devem-se criar sistemas de avaliação que considerem as condições sociais dos alunos e evitar a culpabilização dos estudantes por dificuldades decorrentes de fatores externos.
- Participação da comunidade: há necessidade de incentivar a participação da comunidade e das famílias nas decisões educacionais, garantindo que as políticas reflitam as necessidades e realidades locais.
- Programas de acompanhamento: é importante estabelecer programas de acompanhamento e suporte para alunos em risco de fracasso escolar. Oferecer tutoria e recursos adicionais para ajudá-los a superar barreiras.
- Benefícios da inclusão: a educação inclusiva não apenas beneficia alunos público da educação especial, mas também todos os alunos, promovendo um ambiente de aprendizado mais colaborativo e respeitoso, onde as diferenças são vistas como oportunidades de aprendizado mútuo.

Esses aspectos ressaltam a importância da educação inclusiva como um caminho para a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade no contexto educacional.

A necessidade de uma abordagem crítica e inclusiva nas políticas educacionais é essencial para promover a equidade no sistema educacional brasileiro e garantir o direito à educação para todos. Implementar políticas públicas abrangentes e inclusivas que garantam o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, independentemente de suas condições, criando programas de apoio para alunos em situação de vulnerabilidade, visam garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes (Mello; Moll, 2020).

2.2 O PAPEL DO GESTOR E A FORMAÇÃO DA EQUIPE ESCOLAR

A inclusão escolar refere-se a um modelo educacional que busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade dentro do ambiente escolar regular. Este conceito é fundamentado em princípios

de igualdade e diversidade, visando criar um espaço onde todas as diferenças são respeitadas e valorizadas. A inclusão escolar se baseia na ideia de que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, devam ser incluídos em salas de aula comuns. A proposta é que as escolas promovam a acessibilidade curricular, metodológica e práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada aluno, em vez de necessitar que o aluno se ajuste ao sistema educacional (Guimarães, 2022).

Além disso, a educação inclusiva é um tema central na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. A ideia de inclusão na educação baseia-se no princípio de que todas as crianças, independentemente de suas habilidades, devem ter acesso a uma educação de qualidade em ambientes comuns de ensino. A educação inclusiva reconhece e valoriza a diversidade dos alunos, promovendo a igualdade de oportunidades para todos. Isso significa tornar o ensino acessível para atender às necessidades individuais de cada estudante, proporcionando um ambiente de aprendizagem que respeite e celebre as diferenças (Braga, 2024).

Para implementar a educação inclusiva na escola há necessidade de formação continuada para professores, gestores escolares, dentre outros profissionais e a superação de barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais, instrumentais, metodológicas, entre outras. A formação continuada para professores e a equipe escolar é essencial para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. Ela envolve a atualização constante de conhecimentos e habilidades, bem como a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas (Braga, 2024).

Segundo Braga (2024), seguem alguns pontos importantes sobre a formação continuada:

- Educação inclusiva: a formação deve abordar a educação inclusiva, promovendo a igualdade e a diversidade na sala de aula. Isso inclui estratégias para atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.
- Gestão Escolar: a gestão escolar desempenha um papel crucial na promoção da educação inclusiva. Os gestores devem criar um ambiente de apoio e incentivo, facilitando a troca de experiências e a colaboração entre professores e equipe.
- Metodologias atuais: professores e gestores devem estar atualizados com as metodologias mais recentes e tecnologias educacionais, que podem ajudar a melhorar o ensino e a aprendizagem.

- Reflexão crítica: a formação continuada deve incentivar a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, permitindo que os professores e gestores identifiquem áreas de melhoria e desenvolvam novas estratégias.
- Parcerias e colaboração: a colaboração entre professores, gestores, famílias, os próprios estudantes e outros profissionais é fundamental para criar um ambiente educativo inclusivo e de qualidade.

A formação ajuda os gestores a entenderem que a inclusão escolar é um direito de todos os alunos. Isso os capacita a desenvolver e implementar práticas que garantam acesso e permanência a todos, independentemente de suas necessidades. Através da formação, os gestores adquirem conhecimentos e habilidades necessárias para trabalhar com as particularidades da inclusão, incluindo a promoção do respeito à diversidade e a orientação aos professores de estratégias pedagógicas que atendam a todos os alunos. Um gestor bem treinado pode se tornar um líder eficaz, capaz de mobilizar a equipe escolar e a comunidade para criar uma cultura inclusiva. Essa liderança é essencial para promover mudanças atitudinais e práticas que favoreçam a inclusão (Freitas; Oliveira, 2021).

Segundo Freitas e Oliveira (2021) a formação do gestor escolar desempenha um papel crucial na melhoria da cultura escolar inclusiva de várias maneiras, a saber:

- Compreensão dos princípios da inclusão: a formação capacita os gestores a compreenderem a inclusão como um direito de todos os alunos. Isso envolve o reconhecimento das necessidades específicas de alunos com deficiência e o desenvolvimento de uma mentalidade que valoriza a diversidade dentro da escola.
- Desenvolvimento de competências de liderança: gestores bem formados devem ser líderes eficazes que promovam e defendam a inclusão. A formação oferece habilidades para liderar mudanças, mobilizar a equipe e envolver a comunidade escolar em práticas inclusivas.
- Criação de um ambiente colaborativo: a formação do gestor inclui estratégias para fomentar um ambiente colaborativo que encoraje o trabalho em equipe entre professores, alunos e famílias. Isso é essencial para construir um clima escolar que aceite e valorize todas as individualidades.
- Implementação de práticas pedagógicas inclusivas: o gestor deve ser capaz de implementar políticas e práticas que garantam o acesso e a participação de todos os alunos. A formação proporciona conhecimentos sobre metodologias e recursos que podem facilitar a aprendizagem inclusiva.

- Gestão de recursos e apoio: a formação prepara os gestores para gerenciar adequadamente os recursos disponíveis, tanto humanos quanto materiais, assegurando que as escolas tenham as ferramentas necessárias para implementar práticas inclusivas eficazes.
- Sensibilização e formação da equipe: gestores capacitados são mais aptos a sensibilizar e formar a equipe pedagógica em torno da inclusão, promovendo treinamentos, cursos, rodas de conversa, reuniões que elaboram a importância de estratégias inclusivas. Isso ajuda a construir uma equipe comprometida e capacitada.
- Avaliação e monitoramento de práticas inclusivas: com uma formação adequada, os gestores podem desenvolver mecanismos de acompanhamento e avaliação que permitam revisar e ajustar as práticas inclusivas em sua escola, garantindo que todas as necessidades sejam atendidas.
- Promoção de uma cultura inclusiva: a formação do gestor deve enfatizar a importância da cultura escolar inclusiva, que abrange valores de respeito, solidariedade e aceitação das diferenças. Um gestor que promove e vive esses valores pode influenciar positivamente a atitude de toda a comunidade escolar.

Assim, a formação do gestor escolar é fundamental para estabelecer e sustentar uma cultura escolar inclusiva. Ao desenvolver uma compreensão sólida dos princípios de inclusão e habilidades práticas de liderança, os gestores podem criar ambientes educacionais que acolhem e valorizam todos os alunos, promovendo uma verdadeira inclusão educacional.

Essas propostas, quando implementadas de forma integrada, podem contribuir significativamente para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo. A proposta da educação inclusiva é garantir que todas as crianças tenham acesso e possam progredir nas escolas do sistema regular de ensino, onde as diferenças são reconhecidas e valorizadas, em vez de serem vistas como desigualdades (Guimarães, 2022).

Portanto, a influência do gestor é determinante para a criação de uma equipe escolar capacitada e disposta a abraçar a diversidade. Através de sua liderança, é possível não apenas transformar a cultura escolar, mas também garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham suas necessidades atendidas e possam experimentar uma educação realmente inclusiva. Portanto, é imperativo que gestores e educadores trabalhem juntos em uma formação contínua, refletindo sobre suas práticas e buscando constantemente a inovação e a melhoria no ambiente educacional.

2.2.1 O papel dos profissionais no âmbito escolar

Na perspectiva da educação inclusiva, cada profissional da equipe escolar, como professores, secretários, coordenadores, assistentes e porteiros, desempenha papéis essenciais para promover um ambiente acolhedor, equitativo e que atenda às necessidades de todos os estudantes, especialmente aqueles que são públicos da educação especial. O papel de cada membro da equipe escolar na educação inclusiva é fundamental para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e participativa. A colaboração efetiva de toda a equipe é essencial para criar uma escola mais inclusiva, onde a diversidade é valorizada e todos os estudantes podem desenvolver seu potencial máximo. Essa parceria fortalece ações pedagógicas e promove um ambiente mais justo e acessível para todos (Almeida, 2023).

Para promover uma educação inclusiva eficaz, professores do AEE, da classe comum e assistentes, como os profissionais de apoio escolar, por exemplo, devem desenvolver conhecimentos, respeito às diferenças e sensibilidade, por meio de formação contínua. Isso se reflete num planejamento pedagógico personalizado, que inclui materiais acessíveis e colaboração com outros membros da equipe e família. É crucial usar recursos, como recursos pedagógicos e recursos de Tecnologia Assistiva e criar um ambiente acolhedor. Práticas de ensino diversificadas, com metodologias variadas e avaliação flexível, são essenciais. O processo se fortalece com o apoio interdisciplinar e a parceria com as famílias. Por fim, uma atitude positiva e persistente, com paciência, motivação, flexibilidade e criatividade, é fundamental para valorizar cada avanço do aluno (Braga, 2024).

Portanto, professores do AEE, da classe comum e assistentes devem atuar de forma colaborativa, utilizando estratégias diversificadas e recursos acessíveis, respeitando a individualidade de cada estudante e promovendo um ambiente escolar acolhedor, seguro e estimulante para todos.

A formação continuada de professores desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva, impactando diretamente a qualidade e a efetividade das ações inclusivas nas escolas. Profissionais bem-formados em gestão de diferentes necessidades educacionais estão mais aptos a flexibilizar métodos, conteúdos e recursos pedagógicos para atender a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, transtornos ou necessidades específicas. A formação adequada inclui conhecimento sobre as legislações que garantem o direito à educação inclusiva, ajudando os professores a cumprir suas responsabilidades e a defender os direitos dos estudantes. A formação prepara os professores para desenvolver estratégias pedagógicas

inovadoras e inclusivas, como o uso de recursos diversificados, Tecnologia Assistiva e metodologias diferenciadas (Guimarães, 2022).

A Secretaria da Educação e a gestão escolar também desempenham papéis fundamentais na promoção e implementação da educação inclusiva nas escolas, atuando como formuladora de políticas públicas que definem as diretrizes, normas e regulamentos para a inclusão de estudantes público da educação especial. Sua atuação envolve a gestão e supervisão da implementação dessas ações nas escolas, garantindo a disponibilidade de recursos e suporte essenciais. Além disso, a Secretaria é responsável pela capacitação de professores e profissionais da educação, promovendo programas de formação continuada em práticas inclusivas. Ela também assegura a oferta de recursos e infraestrutura adequados, como materiais pedagógicos, Tecnologia Assistiva e acessibilidade ou adaptações físicas. Por fim, realiza o monitoramento e avaliação contínuos das ações de inclusão, identificando progressos e desafios para propor melhorias e otimizar o processo (Almeida, 2023).

Deste modo, a Secretaria da Educação e a gestão da escola são essenciais para a educação inclusiva, definindo políticas públicas, supervisionando sua aplicação, garantindo recursos e infraestrutura, capacitando profissionais e monitorando o progresso para aprimorar continuamente a inclusão de estudantes público da educação especial.

Outros profissionais que compõem a equipe no âmbito escolar são, por exemplo, os porteiros e assistentes. Os porteiros e assistentes são figuras-chave na promoção de uma cultura inclusiva na escola. Eles garantem a acessibilidade física, auxiliando estudantes com deficiência na entrada, saída e circulação, e apoiando a implementação de adaptações. Sua atenção ao comportamento dos alunos ajuda a promover um ambiente seguro e acolhedor, identificando e intervindo em casos de exclusão ou bullying. Atuam também na mediação de conflitos, incentivando o diálogo e o respeito. Contribuem para a sensibilização e orientação da comunidade escolar, participando de campanhas e trabalhando com a equipe pedagógica e famílias para oferecer suporte a estudantes público da educação especial. Por fim, apoiam a organização de atividades inclusivas e servem como exemplos de respeito e acolhimento, fortalecendo um clima escolar onde todas as diferenças são valorizadas (Braga, 2024).

Portanto, cada profissional do âmbito escolar desempenham um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma aprendizagem de qualidade, independentemente de suas necessidades ou diferenças.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada possui natureza exploratória e abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo voltado à compreensão aprofundada das percepções relacionadas à formação continuada da equipe escolar para a promoção da educação inclusiva. Conforme Gil (2008), pesquisas exploratórias são indicadas para a investigação de temas ainda pouco estudados ou para proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, ampliando o entendimento sobre ele. Já a abordagem qualitativa, segundo Minayo (2017), privilegia a análise dos significados e das experiências dos participantes em contextos específicos, permitindo uma compreensão detalhada dos fenômenos sociais.

O estudo foi conduzido no ano de 2026, em três escolas particulares situadas em João Pessoa, no Estado da Paraíba, nas escolas A, B, C.

Escola A

A Escola A é uma instituição de ensino que atende crianças desde o berçário até o 4º ano do ensino fundamental. Sua infraestrutura compreende dez salas de aula, uma sala administrativa destinada à direção, sete banheiros, uma cozinha e um refeitório, além de espaços recreativos compostos por dois parquinhos e uma quadra esportiva.

O corpo docente e técnico é multifacetado, contendo uma direção, coordenação, uma profissional da psicopedagogia, nove professoras polivalentes, além de profissionais especializados em inglês, musicalização, psicomotricidade, futsal, judô e balé.

O quadro de apoio inclui nutricionistas, cozinheiras, porteiros, auxiliares de sala, berçaristas e funcionárias responsáveis pelo banho dos bebês e crianças pequenas. A instituição atende cerca de 150 alunos, oferecendo um ambiente educativo diversificado e adaptado às necessidades da primeira infância e ensino fundamental anos iniciais.

Na escola A, o perfil dos alunos com necessidades específicas inclui alunos com deficiência intelectual, TEA, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno de Aprendizagem. Em relação ao número de alunos com deficiência matriculados, consta um total de quatro alunos. Dessa forma, o perfil dos alunos atendidos nessa escola foi informado com clareza pela gestora.

Escola B

A Escola B caracteriza-se como uma instituição pequena, destinada à Educação Infantil, cujo atendimento vai do berçário ao 1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A escola conta com dez salas amplas, climatizadas e ventiladas, devidamente segmentadas para diferentes faixas etárias, além de uma sala específica para estimulação sensorial ao público de 0 a 2 anos.

As áreas administrativas incluem recepção, secretaria, direção e sala dos professores, promovendo um ambiente funcional e acolhedor. Em termos de convivência e alimentação, dispõe de um refeitório e duas cozinhas equipadas, além de duas áreas externas para atividades recreativas, psicomotoras e socialização.

A instituição possui seis banheiros infantis e dois para adultos, visando o conforto e autonomia dos alunos e colaboradores. O quadro de profissionais é composto por 34 colaboradores, incluindo equipe gestora, professores, auxiliares, equipe multidisciplinar e serviços de apoio, atendendo aproximadamente 70 crianças.

Na escola B, o perfil dos alunos com necessidades específicas contempla alunos com deficiência intelectual e com altas habilidades. Em relação ao número de alunos com deficiência matriculados, até o momento a escola informou ter tido apenas um aluno nessa condição. Essa informação revela que, embora a escola atenda a esses perfis específicos, a quantidade de alunos com deficiência matriculados é muito reduzida.

Escola C

Atendendo cerca de 54 crianças de 1 a 5 anos correspondendo a Educação Infantil, a Escola C dispõe de uma infraestrutura integrada composta por cinco salas de aula, uma sala de direção e uma de coordenação, quatro banheiros, brinquedoteca, biblioteca, cozinha, refeitório e parquinho externo. A escola também inclui uma sala de psicomotricidade e uma sala para repouso, reforçando o propósito multidisciplinar do espaço. O quadro de funcionários é diversificado, contendo equipe de direção e coordenação, uma psicopedagoga, seis professoras polivalentes e professores especializados em música, balé, natação, jiu-jitsu e psicomotricidade. Além disso, a equipe de apoio inclui nutricionista, cozinheira, auxiliar de serviços gerais e dois auxiliares de sala.

Na escola C, o perfil de crianças com necessidades específicas inclui crianças com deficiência intelectual, baixa visão, altas habilidades e TEA. Quanto ao número de crianças com

deficiência matriculadas, a escola possui atualmente quatro nessas condições. Dessa forma, a escola atende a uma diversidade de perfis de crianças com necessidades específicas, mantendo um grupo relativamente pequeno acerca da quantidade.

Portanto, estas descrições demonstram as especificidades estruturais, pedagógicas e funcionais de cada instituição, evidenciando os perfis diferenciados de atendimento e os recursos humanos empregados para garantir o desenvolvimento integral das crianças atendidas.

Para a escolha destas instituições foi considerada a presença de alunos com deficiência e a diversidade das abordagens pedagógicas adotadas, visando captar diferentes percepções acerca da educação inclusiva. A amostra foi composta por três gestoras administrativas e pedagógicas dessas escolas, profissionais diretamente envolvidas na gestão e organização do ambiente escolar.

O quadro 1, a seguir, apresenta um resumo dos dados identificativos das gestoras das três escolas A, B, C analisadas. São destacadas as gestoras A, B, C, a formação acadêmica, o tempo de serviço na função de gestão e a data de aplicação do questionário. Essas informações são fundamentais para compreender o perfil profissional das responsáveis pela administração e coordenação pedagógica das respectivas instituições, contribuindo para a análise comparativa e contextualização das práticas de gestão escolar adotadas em cada unidade.

Quadro 1 - Dados das gestoras das escolas A, B e C, conforme as informações fornecidas

Escola	Gestora	Formação Acadêmica	Tempo de Serviço como Gestora	Data de Aplicação do Questionário
A	A	Pedagoga	3 anos	25/02/2026
B	B	Administradora / Psicopedagoga	13 anos	25/02/2026
C	C	Historiadora	7 anos	25/02/2026

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Para a geração dos dados, utilizou-se um questionário (Apêndice A), contendo 19 questões abertas e fechadas. Segundo Lakatos e Marconi (2003), o questionário é um instrumento adequado para obtenção de informações precisas e estruturadas, especialmente quando se pretende levantar percepções e opiniões dos sujeitos da pesquisa.

No que tange aos procedimentos para a aplicação do questionário, houve contato inicial presencial com as gestoras, no qual foram apresentados os objetivos da pesquisa e solicitada

sua participação. Em seguida, os questionários foram deixados nas escolas para que cada gestora pudesse respondê-lo com tranquilidade e em seu próprio tempo, respeitando suas rotinas e preferências. Após sete dias, os questionários devidamente preenchidos foram recolhidos para posterior análise. Apesar de ser um número pequeno de participantes, a técnica do questionário, além de respeitar a individualidade, contribuiu para respostas mais reflexivas e espontâneas, evitando pressões e favorecendo a qualidade dos dados coletados.

Para garantir a ética na pesquisa, todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que está fixado no final desta pesquisa (Apêndice B), sendo assegurados o anonimato e a confidencialidade das informações, conforme preconizam as normas éticas em pesquisas com seres humanos (Resolução CNS nº 466/2012).

Com os três questionários em mãos, os dados foram lidos, analisados separadamente e discutidos à luz do referencial teórico estabelecido neste estudo.

Assim, a metodologia adotada possibilitou um entendimento aprofundado e contextualizado sobre a formação continuada da equipe escolar para a educação inclusiva, contribuindo para a proposição de melhorias e para o avanço das práticas educacionais inclusivas.

4 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados gerados pelos questionários, que foram respondidos pelas gestoras A, B e C.

4.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DA PESQUISA DA GESTORA A

A análise dos resultados das respostas da gestora A da Escola A revela importantes aspectos sobre a visão e a prática da gestão escolar frente à educação inclusiva.

A gestora A comenta que:

> *Na Escola A, a inclusão se configura como um desafio constante, sobretudo na formação dos docentes, que muitas vezes não se sentem preparados para lidar com a diversidade presente na sala de aula. Por isso, investimos em capacitações periódicas e parcerias com instituições que possam oferecer suporte técnico e pedagógico (Gestora A).*

Esse trecho evidencia uma preocupação central da gestão escolar: a formação continuada dos professores para a efetivação da inclusão. Esse aspecto é enfatizado por Braga (2024), que destacou a importância da formação continuada para professores e gestores escolares como meio para garantir práticas inclusivas efetivas e superar barreiras institucionais. Assim, a escola A está alinhada com a perspectiva de que a inclusão exige investimento contínuo na qualificação dos profissionais.

De acordo com a gestora A:

> *Percebemos que as políticas públicas, como a LDB e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva são fundamentais para nortear nossas ações, mas ainda enfrentamos dificuldades de adequação no cotidiano escolar devido às limitações de recursos (Gestora A).*

Nesta ocasião, a gestora A reconhece o papel das legislações brasileiras, como a Lei nº 9.394/96, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), para orientar o trabalho da escola na promoção da educação inclusiva. Conforme ressaltado por Mello e Moll (2020), mesmo com avanços normativos, a implementação das políticas públicas esbarra em desafios estruturais e sociais que requerem atenção das redes de ensino. A escola A enfrenta, portanto, a clássica tensão entre a teoria normativa e a prática cotidiana.

Segundo a Gestora A:

> *Apesar dos avanços, ainda enfrentamos o desafio de garantir acessibilidade física e pedagógica adequada, o que demanda ainda mais recursos e planejamento a longo prazo (Gestora A).*

Esse discurso pontua o desafio da acessibilidade como elemento essencial para a inclusão plena, tema amplamente discutido na literatura. Freitas e Oliveira (2021) afirmaram que a atuação do gestor escolar deve englobar estratégias de planejamento e mobilização de recursos para superar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais. Além disso, a gestão escolar necessita articular esforços junto aos órgãos públicos, conforme previsto no Decreto nº 12.686/2025, que institui a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025).

A análise das respostas da Gestora A mostra que a Escola A está atenta às demandas e desafios da educação inclusiva, alinhando-se às diretrizes legais e às recomendações acadêmicas. Contudo, persiste a necessidade de ações mais estruturadas para formação continuada, acessibilidade e transformação cultural no ambiente escolar, aspectos apontados por autores como Almeida (2023), Braga (2024), e Freitas e Oliveira (2021), e respaldados pela legislação vigente (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2008; Brasil, 2015; Brasil, 2025). Essa reflexão é essencial para que a escola avance na garantia do direito à educação inclusiva de qualidade para todos os alunos.

No entanto, o discurso da gestora A revela uma preocupação significativa com o uso da Tecnologia Assistiva como ferramenta essencial para promover a inclusão escolar efetiva. Ela destaca que, na Escola A, promove-se o investimento em capacitações e parcerias que oferecem suporte técnico e pedagógico, entre os quais se pode inferir a incorporação de recursos de Tecnologia Assistiva que favorecem a acessibilidade e a autonomia dos alunos com necessidades específicas. Isso demonstra um compromisso com a adaptação dos recursos educacionais para atender às diversas demandas da comunidade escolar.

Além disso, a gestora enfatiza a integração da formação continuada dos profissionais ao Projeto Político-Pedagógico da escola, entendendo que a inclusão deve ser um valor central e estruturante do trabalho escolar.

Segundo a Gestora A:

> *Valorizamos a participação da comunidade escolar e do aluno no processo inclusivo, buscando construir uma cultura escolar que respeite as diferenças e promova o protagonismo dos estudantes com necessidades especiais (Gestora A).*

Essa afirmação evidencia que a formação da equipe não está dissociada dos objetivos e da filosofia educacional da escola, mas alinhada para fortalecer práticas inclusivas permanentes. Por fim, a gestora A sublinha a importância da promoção da colaboração entre os profissionais da escola para superar os desafios da inclusão. Ela reconhece que a construção de um ambiente escolar inclusivo depende da articulação entre docentes, equipes técnicas e gestores para planejar, executar e avaliar as ações inclusivas. Tal colaboração favorece a troca de conhecimentos e experiências, ampliando a competência da equipe para atender às necessidades específicas dos alunos, conforme reforçado na análise das respostas da gestora.

E ainda, esse posicionamento está em consonância com os princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que enfatiza o direito de todos os alunos de serem educados no mesmo ambiente, com respeito à diversidade e valorização do protagonismo. Almeida (2023) reforçou que a efetivação da educação inclusiva depende não só da formação técnica, mas também de uma mudança cultural que envolva toda a comunidade escolar.

Portanto, a análise dos resultados da Gestora A demonstra um conhecimento sólido das questões que envolvem a educação inclusiva. Ela apresenta uma visão crítica sobre os avanços e lacunas existentes, destacando a importância da formação docente, da aplicação efetiva da legislação, da infraestrutura adequada e do engajamento social.

A gestora A entende que a inclusão vai além da adaptação curricular, envolvendo aspectos estruturais, pedagógicos, sociais, culturais e políticos, conforme fundamentado pela literatura científica. Seu posicionamento reafirma a necessidade de políticas integradas e investimentos para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva na escola.

4.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DA PESQUISA DA GESTORA B

A análise das respostas apresentadas pela Gestora B revela um posicionamento atento e crítico acerca dos desafios e práticas relacionadas à inclusão escolar, destacando-se tanto os avanços quanto as dificuldades encontradas no âmbito da gestão escolar para garantir a efetivação dos direitos educacionais de estudantes público da educação especial. As respostas da gestora B evidenciam a atuação da gestão escolar frente aos desafios da educação inclusiva, destacando aspectos da organização, capacitação e políticas públicas adotadas na escola.

De acordo com a gestora B:

> *Buscamos constantemente capacitar os professores para atuarem com alunos com necessidades especiais, mesmo diante das dificuldades financeiras e da falta de recursos materiais. A inclusão tem sido uma prioridade, mas sentimos*

> *a necessidade de maior apoio do poder público e de políticas claras que atendam às especificidades da nossa comunidade escolar (Gestora B).*

Esse discurso revela que a gestão está empenhada em promover formação continuada para os professores, o que é essencial para a efetiva inclusão escolar, conforme destacou Braga (2024), que afirma a importância da formação continuada para professores e gestores para fortalecer práticas inclusivas.

Segundo a gestora B:

> *A formação dos professores ainda é um grande desafio, pois muitos chegam à escola sem preparo adequado para lidar com as especificidades dos alunos com deficiência, o que dificulta a inclusão verdadeira (Gestora B).*

Este aspecto é concordante com o que apontou Braga (2024), ao enfatizar que, a formação contínua é fundamental para a construção de uma prática inclusiva eficaz, pois prepara os profissionais para compreender as diversidades e flexibilizar suas metodologias, referenciando a importância da qualificação para a atuação docente e da gestão que deve investir neste processo. A gestora B também destaca a importância do suporte da gestão escolar como um agente facilitador ou dificultador da inclusão:

Comenta a gestora B:

> *A gestão precisa estar engajada e capacitada para promover políticas internas que favoreçam a inclusão, além de articular parcerias com órgãos externos para criar uma rede de apoio (Gestora B).*

Esse posicionamento corrobora com os estudos de Freitas e Oliveira (2021) que defenderam o papel crucial do gestor como mediador e fomentador das políticas inclusivas na escola, ressaltando que, a atuação do gestor escolar é decisiva para implementar ações que garantem a acessibilidade e o acompanhamento pedagógico adequado às necessidades específicas dos alunos. E ainda, evidencia o papel do gestor como articulador e fomentador de um trabalho colaborativo dentro e fora da escola, mobilizando recursos e atores que possam apoiar a inclusão, o que inclui incentivar a cooperação entre docentes e demais profissionais para superar os desafios do cotidiano escolar inclusivo.

Contudo, ela também ressalta a presença de limitações estruturais, aspecto reforçado por Guimarães (2022), que identificam a precariedade de recursos como um obstáculo constante na implementação da educação inclusiva no contexto brasileiro.

A gestora B aborda que:

> *O desafio maior está na inclusão efetiva, pois muitos alunos apresentam necessidades específicas que demandam adaptações curriculares e pedagógicas que nem sempre conseguimos implementar plenamente devido à falta de material pedagógico adequado e apoio técnico (Gestora B).*

Essa percepção da gestora converge com o que Almeida (2023) evidenciou no seu estudo no norte do Tocantins, que a formação docente é muitas vezes insuficiente para lidar com as demandas da inclusão, sobretudo sem suporte material adequado. Além disso, a LDBEN nº 9394/96 e o Decreto nº 12.686/2025 ressaltaram a necessidade de um currículo acessível e da promoção de um ambiente educacional que assegure o direito à aprendizagem a todos, o que ainda encontra desafios no cotidiano da escola analisada (Brasil, 1996; 2025a).

A gestora B aborda que:

> *Tentamos articular parceiros para que haja investimento na infraestrutura e oferta de recursos, assim como buscamos sensibilizar a comunidade escolar para a importância da inclusão e respeito às diferenças (Gestora B).*

Aqui, a atuação da gestora na busca por parcerias e na sensibilização da comunidade está alinhada ao que a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025) preconiza, enfatizando a necessidade de mobilização coletiva para a garantia do direito à educação inclusiva. A sensibilização da comunidade escolar também encontra respaldo em Freitas e Oliveira (2021), que ressaltaram o papel do gestor escola na liderança da promoção da inclusão de forma integral.

Cita a gestora B:

> *Reconhecemos que, apesar dos avanços legais, como a Constituição Federal (1988) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a realidade social e econômica do nosso contexto impõe barreiras significativas para a inclusão plena. Por isso, nosso trabalho é constante e demanda perseverança e inovação (Gestora B).*

Este reconhecimento da gestora evidencia uma compreensão crítica da relação entre os avanços normativos e a realidade prática da escola, conforme discutiram Mello e Moll (2020), que ressaltam as desigualdades sociais como limitadoras do acesso e qualidade da educação ofertada. A gestão escolar, portanto, atua como mediadora dessa tensão entre direito formal e prática educativa, necessitando de estratégias que contemplem o contexto local.

No discurso da gestora B, observa-se um empenho em promover a inclusão escolar por meio da capacitação contínua dos professores, mesmo diante das limitações financeiras e da

escassez de recursos materiais. Embora não haja menção direta à Tecnologia Assistiva, a gestora destaca a dificuldade em implementar adaptações curriculares e pedagógicas devido à falta de material pedagógico adequado e apoio técnico, o que inclui, implicitamente, recursos como a Tecnologia Assistiva necessária para atender às especificidades dos alunos com deficiência.

Quanto à integração da formação continuada ao Projeto Político-Pedagógico, a gestora B ressalta a necessidade de políticas claras e de apoio do poder público que contemplem as especificidades da comunidade escolar, evidenciando a importância de que essas ações estejam alinhadas e integradas às diretrizes da escola para promover a efetivação da educação inclusiva. A articulação dessa formação à dimensão política e pedagógica da escola ainda é um desafio, mas há uma clara consciência da sua relevância para fortalecer a inclusão.

Portanto, as respostas da gestora B demonstram um compromisso com a educação inclusiva, enfrentando desafios estruturais e sociais que revelam a complexidade de implementar essa modalidade. A partir das análises teóricas, fica evidente que a formação continuada, o investimento em recursos, a articulação com parceiros e o engajamento da comunidade escolar são pilares fundamentais para avançar na inclusão, conforme apontaram autores como Almeida (2023), Braga (2024) e as legislações brasileiras, garantindo o direito à educação para todos com equidade e qualidade.

4.3 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DA PESQUISA DA GESTORA C

A análise das respostas da gestora C da Escola C oferece uma oportunidade valiosa para compreender as dinâmicas e práticas administrativas que influenciam a qualidade do ensino e o ambiente escolar. A gestora C desempenha um papel central na condução das atividades pedagógicas e administrativas, buscando alinhar as diretrizes educacionais às necessidades da comunidade escolar.

A gestora C comenta que:

> *Na Escola C, enfrentamos inúmeros desafios para a efetivação da inclusão escolar, principalmente no que refere à capacitação continuada dos professores e à organização de recursos pedagógicos e físicos adequados (Gestora C).*

O discurso da gestora C destaca a dificuldade em garantir a formação continuada dos educadores, aspecto crucial para a educação inclusiva. Conforme Braga (2024), a formação continuada é pilar fundamental para preparar professores e gestores para trabalhar com a

diversidade presente nas escolas, possibilitando que as práticas pedagógicas sejam inclusivas e eficazes. Sem essa formação, a inclusão torna-se um desafio prático e conceitual, alinhando-se aos relatos da gestora C.

> *Nossa instituição busca adequar o espaço físico e promover adaptações curriculares, mas ainda falta suporte técnico e recursos suficientes para atender plenamente alunos com necessidades especiais (Gestora C).*

Essa questão evidencia a necessidade de acessibilidade pedagógica para garantir o direito à educação de todos. Contudo, a gestora revela que, apesar dos avanços, a realidade da escola ainda carece de infraestrutura adequada, fenômeno também destacado por Guimarães (2022), que apontam a necessidade de investimento em recursos para a efetivação da inclusão.

Segundo a gestora C:

> *É imprescindível o engajamento da comunidade escolar, inclusive famílias, para assegurar que as práticas inclusivas sejam efetivas e que os alunos se sintam valorizados e acolhidos (Gestora C).*

Esse discurso ressalta a importância da participação comunitária no processo inclusivo. Freitas e Oliveira (2021) destacaram que o gestor escolar tem papel estratégico em mobilizar e articular atores da comunidade para apoiar a inclusão, promovendo ambientes educativos que valorizem a diversidade e contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos.

A gestora C mostra que:

> *Buscamos constantemente alinhar nossas práticas às diretrizes da LDB e à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, garantindo direitos e promovendo acessibilidade (Gestora C).*

A referência às normativas legais mostra a preocupação da gestora em atuar conforme a legislação nacional que assegura o direito à educação inclusiva. A LDBEN estabelece a garantia da educação inclusiva, enquanto a LBI reforça direitos e acessibilidade, fortalecendo o contexto legal para ações na escola. Mello e Moll (2020) salientaram que o conhecimento e aplicação dessas normativas são essenciais para enfrentar desigualdades e promover justiça social nas escolas.

> *Ainda percebemos resistência em alguns professores quanto à inclusão, o que exige formação e sensibilização contínuas para desconstrução de preconceitos e promoção de práticas pedagógicas inclusivas (Gestora C).*

Essa percepção da gestora C está corroborada por Almeida (2023), que identifica a resistência docente como uma barreira frequente na educação inclusiva, destacando que a formação continuada docente deve extrapolar o aspecto técnico e trabalhar sensibilização, valores e atitudes para promover a verdadeira inclusão.

> *Nosso compromisso é trabalhar com afinco para que a escola seja um espaço democrático, que respeite as diferenças e ofereça oportunidades para todos os estudantes (Gestora C).*

Este compromisso afirmado pela gestora C dialoga com a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que defende a escola inclusiva como instrumento democratizador do acesso ao conhecimento e desenvolvimento social dos alunos, independentemente de suas condições ou necessidades educacionais.

A análise das respostas da Gestora C revela um profundo entendimento dos desafios e das possibilidades da educação inclusiva na Escola C. Destaca-se a consciência da necessidade de formação continuada, infraestrutura adequada, engajamento comunitário e alinhamento com a legislação vigente - elementos apontados como fundamentais para uma educação inclusiva eficaz pela literatura especializada (Braga, 2024; Freitas; Oliveira, 2021; Almeida, 2023).

Além disso, evidencia a realidade prática da escola brasileira enfrentando a implementação da inclusão, refletindo sobre a importância de políticas públicas claras, recursos adequados e o papel do gestor como agente articulador e promotor de mudanças (Brasil, 2008; Mello; Moll, 2020).

No discurso da gestora C, embora não haja menção direta e explícita ao uso da Tecnologia Assistiva, ela destaca diversas dificuldades relacionadas à organização de recursos pedagógicos e físicos adequados para atender alunos com deficiência, apontando a insuficiência de suporte técnico e recursos suficientes para garantir a inclusão plena. Isso indica uma carência que pode abarcar o acesso à Tecnologia Assistiva, que é fundamental para facilitar a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Sobre a integração da formação continuada ao Projeto Político-Pedagógico, a gestora C evidencia o compromisso de alinhar as práticas da escola às diretrizes legais, como a LDBEN e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sugerindo que os processos formativos e as ações pedagógicas estejam integrados às políticas e planejamento da instituição, ainda que ressalte a necessidade de maior engajamento da comunidade escolar para que as práticas inclusivas sejam efetivas.

Quanto à promoção da colaboração entre os profissionais da escola, a gestora C enfatiza a importância do engajamento da comunidade escolar, incluindo as famílias, para assegurar um

ambiente acolhedor e valorizador da diversidade. Ela reconhece que a formação e a sensibilização contínuas são essenciais para a desconstrução de resistências e para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, o que pressupõe um trabalho coletivo e colaborativo entre os profissionais da escola.

Complementando, a gestora C afirma que:

> *Promovemos o envolvimento coletivo da comunidade e dos educandos nas práticas inclusivas. Dessa forma, buscamos consolidar uma identidade escolar pautada no respeito à diversidade e no fortalecimento do protagonismo dos alunos com deficiência (Gestora C).*

Essa citação ressalta a importância da cultura inclusiva construída a partir da colaboração de todos os atores escolares, o que dialoga diretamente com a necessidade apontada pela gestora C de fortalecer a cooperação entre os profissionais para garantir uma educação inclusiva efetiva.

Deste modo, a gestora expressa um compromisso ético e pedagógico que ressoa com os princípios constitucionais do direito à educação para todos (Brasil, 1988), configurando-se como peça-chave para o aprimoramento contínuo do ambiente escolar inclusivo.

5 DISCUSSÕES

A análise dos resultados apresentados pelas gestoras A, B e C, das respectivas escolas A, B e C, revela uma convergência em diversos aspectos fundamentais da educação inclusiva, ao mesmo tempo em que destaca desafios específicos que permeiam a operacionalização dessa política no ambiente escolar.

Primeiramente, todas as gestoras enfatizam a formação continuada dos professores como pilar central para a efetivação da inclusão escolar. Gestoras A, B e C manifestam preocupação com a insuficiência da preparação docente para lidar com a diversidade das necessidades dos alunos, ressaltando a necessidade de capacitação periódica e contínua para superar essas barreiras. Essa percepção está alinhada ao que Braga (2024) destacou como crucial para garantir práticas inclusivas eficazes: a formação continuada para professores e gestores escolares é fundamental para fortalecer a inclusão. Almeida (2023) também reforçou essa necessidade, chamando a atenção para os desafios enfrentados pelos professores na atuação inclusiva, principalmente em contextos com recursos limitados, como no norte do Tocantins, evidenciado em sua pesquisa.

Em relação às políticas públicas, as gestoras reconhecem a importância das legislações brasileiras, como a Constituição Federal (Brasil, 1988), a LDBEN (Brasil, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) para orientar as práticas da escola e garantir o direito à educação inclusiva. Ressalta-se que o Decreto nº 12.686/2025 não foi citado por nenhuma gestora. No entanto, por se tratar de uma política recente, entende-se que ela ainda está em processo de apropriação pelos profissionais da educação e pela sociedade brasileira, o que justifica a ausência de menção.

Contudo, a implementação prática dessas diretrizes esbarra em limitações estruturais e recursos insuficientes, o que é uma barreira constante mencionada por todas as gestoras. Mello e Moll (2020) explicaram essa tensão entre normativas e a realidade cotidiana das escolas, sobretudo diante das desigualdades sociais brasileiras que dificultam a efetivação plena do direito à educação para pessoas com deficiência.

Outro aspecto comum é a valorização do engajamento da comunidade escolar, incluindo alunos, famílias e demais atores, como estratégia para construir uma cultura escolar inclusiva. A gestora A enfatiza a participação e protagonismo dos estudantes com necessidades educacionais, em consonância com a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que valoriza a diversidade e a inclusão como direitos fundamentais. A gestora C reforça o papel do gestor

como articulador desse processo, mobilizando a comunidade para promover um ambiente escolar acolhedor e democrático. Freitas e Oliveira (2021) ressaltaram esse papel estratégico do gestor na mobilização social e na criação de redes de apoio para a inclusão.

Sobre a acessibilidade, as gestoras apontam que a falta de infraestrutura adequada e recursos pedagógicos ainda compromete a inclusão plena. A necessidade de um currículo, materiais e espaços acessíveis é destacada como um desafio a ser enfrentado com planejamento e investimento contínuos. Guimarães (2022) corrobora esse cenário ao identificar a precariedade dos recursos como um obstáculo sistemático à inclusão nas escolas brasileiras.

Desta forma, a gestora C evidencia ainda a resistência de alguns professores diante da inclusão, o que exige não apenas formação técnica, mas também sensibilização e mudança cultural para desconstrução de preconceitos, conforme apontou Almeida (2023). Esse aspecto cultural é fundamental para a efetividade da inclusão, superando barreiras não apenas materiais, mas também sociais e atitudinais.

As análises das gestoras, destaca-se a valorização do uso da tecnologia como um recurso fundamental para a promoção da educação inclusiva. Essa ferramenta não apenas facilita o acesso ao currículo, mas também potencializa a autonomia e a participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares. Conforme ressaltaram Freitas e Oliveira (2021), a incorporação de tecnologias contribui para superar barreiras pedagógicas e promover a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, as gestoras ressaltam a importância de integrar a formação continuada da equipe ao Projeto Político-Pedagógico, garantindo que as ações e os conhecimentos adquiridos estejam alinhados com as diretrizes e metas institucionais, fortalecendo a coerência entre teoria e prática educacional.

Outro ponto relevante enfatizado pelas gestoras é a promoção da colaboração entre os profissionais da escola como estratégia para consolidar práticas inclusivas eficazes. A articulação entre gestores, professores, técnicos e demais membros da comunidade escolar cria um ambiente de apoio mútuo, troca de experiências e construção coletiva do conhecimento, o que é fundamental para enfrentar os desafios da inclusão. Almeida (2023) destacou que a colaboração profissional permite a elaboração de um currículo acessível necessário para atender à diversidade presente nas salas de aula. Assim, a formação continuada conjunta, aliada ao engajamento coletivo e ao planejamento integrado no Projeto Político-Pedagógico, configura-se como um caminho promissor para a efetivação de uma cultura escolar inclusiva, conforme apontado também por Braga (2024) e ressaltado nos discursos analisados das gestoras.

Em síntese, a análise dos discursos das gestoras indica que a garantia da educação inclusiva de qualidade depende de ações integradas que envolvam formação continuada, adequada aplicação das políticas públicas, investimentos em acessibilidade física e pedagógica, e o engajamento efetivo da comunidade escolar. Esses elementos, discutidos por autores como Braga (2024), Almeida (2023), Freitas e Oliveira (2021), Mello e Moll (2020), e respaldados pela legislação vigente (Brasil, 1988, 1996, 2008, 2015, 2025a; 2025b), são essenciais para que as escolas superem as limitações atuais e promovam uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

Portanto, as gestoras A, B e C demonstram um entendimento sólido e crítico sobre os desafios da inclusão, confirmando a necessidade de fortalecer políticas integradas, ampliar recursos, e promover transformações culturais para que a educação inclusiva deixe de ser um desafio e se constitua numa prática efetiva e cotidiana nas escolas brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a percepção de gestores administrativos e pedagógicos a respeito da formação continuada da equipe escolar para promover a educação inclusiva. Foi aplicado um questionário a três gestoras de três escolas particulares do município de João Pessoa, no Estado da Paraíba. A partir da análise das respostas das participantes, foi possível perceber que a formação continuada é reconhecida como elemento fundamental para qualificar os profissionais da educação, proporcionando-lhes conhecimentos e habilidades para atender à diversidade dos alunos e implementar práticas pedagógicas inclusivas.

Além disso, as gestoras destacaram seu papel estratégico na liderança e na organização das formações, garantindo condições estruturais e pedagógicas adequadas para a inclusão. Entretanto, também foram evidenciados desafios importantes, como a necessidade de aumentar a frequência das capacitações, a insuficiência de recursos, a resistência em algumas práticas e a dificuldade na aproximação com as famílias. Para enfrentar essas barreiras, as gestoras apontaram estratégias que envolvem o fortalecimento da parceria com as famílias, o uso de Tecnologia Assistiva, a integração da formação ao Projeto Político-Pedagógico e a promoção da colaboração entre os profissionais da escola.

Desta forma, a formação da equipe escolar aliada a uma liderança comprometida e ao envolvimento da comunidade escolar é essencial para a efetivação da educação inclusiva. Portanto, torna-se imprescindível investir em formações contínuas, políticas públicas de apoio e recursos adequados para garantir o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, inclusiva e respeitosa às diferenças.

Esse estudo contribui para ampliar a compreensão sobre a importância da formação continuada da equipe escolar e o papel dos gestores na construção de uma cultura escolar inclusiva, servindo de referência para práticas pedagógicas e políticas educacionais voltadas à inclusão. Entretanto, reconhecemos as limitações deste estudo para situar adequadamente seus resultados e indicar caminhos para investigações futuras.

Primeiramente, a pesquisa foi realizada com um número reduzido de participantes, três gestoras de escolas particulares em um município específico (João Pessoa/PB), o que limita a generalização dos achados para contextos escolares variados, sobretudo em redes públicas e outras regiões do Brasil. Além disso, o estudo centrou-se na percepção dos gestores administrativos e pedagógicos, não incorporando as vozes dos professores, alunos e familiares, que são igualmente essenciais para compreender a complexidade da implementação da educação inclusiva e a efetividade da formação continuada. Outro aspecto relevante é a

abordagem qualitativa por meio de questionários, que pode restringir a profundidade das informações coletadas em relação a entrevistas ou observações em campo.

Dessa forma, pesquisas futuras podem ampliar o escopo investigativo, envolvendo amostras maiores e mais diversificadas, incluindo escolas públicas e privadas, de diferentes localidades brasileiras, para possibilitar uma análise comparativa e mais representativa. Seria também enriquecedor explorar a percepção de outros atores da comunidade escolar, como professores, estudantes com deficiência e suas famílias, aprofundando a compreensão dos desafios e práticas efetivas na educação inclusiva.

Além disso, estudos podem focar em avaliar a eficácia das estratégias de formação continuada implementadas, investigando quais metodologias e recursos (como Tecnologia Assistiva e integração ao Projeto Político-Pedagógico) se mostram mais eficazes para aprimorar as práticas inclusivas no cotidiano escolar. Por fim, sugere-se a realização de pesquisas longitudinais que acompanhem as mudanças e os impactos das políticas públicas e das ações escolares ao longo do tempo, contribuindo para o aprimoramento constante da educação inclusiva no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ludemilla Santos. **Desafios da educação inclusiva:** da formação à atuação docente na perspectiva inclusiva no norte do Tocantins. 2023. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2023.

BRAGA, Thamires Macedo. **Inclusão escolar:** a importância da formação continuada para professores e gestores escolares. *In:* CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 5. 2024. **Anais [...].** Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/108614. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Disponível em: MEC/SEESP, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/LDB.htm.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988**). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da Uniao, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, p.59.

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi).** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/composicao/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-de-jovens-e-adultos-diversidade-e-inclusao-secadi. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. 2025a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 08 de dezembro de 2025**. Altera o decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2025b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 16 ago. 2026.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Flaviane Pelloso Molina; OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Formação e atuação do gestor escolar na perspectiva da educação inclusiva. Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais. 2021. **Revista Imagens da Educação**, v. 11, n. 1, p. 133-155, jan./mar. 2021 ISSN 2179-8427 DOI: 10.4025/imagem seduc.v11i1.50486.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Thaliane Cristina Alves. **Educação inclusiva e os desafios da escola.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Rachel Costa de Azevedo; MOLL, Jaqueline. Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil. **Perspectiva**, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 1–21, 2020. DOI: 10.5007/2175-795X.2020.e65196. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65196. Acesso em: 15 fev. 2026.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das Necessidades educativas especiais.** Conferência sobre Necessidades Educativa Especiais: acesso e qualidade. Paris: Edições UNESCO, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A GESTÃO DA ESCOLA

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico "Percepção de gestores escolares a respeito da formação continuada dos profissionais para promover a educação inclusiva" que será defendido no Curso de Graduação em Pedagogia presencial – CE/UFPB Presencial.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola_____

Nome do Gestor(a)_____

Formação Acadêmica_____

Tempo de serviço como gestor (a) _____

Data ___/ ___/ ___

QUESTIONÁRIO

01. Qual o perfil dos alunos com necessidades específicas que estudam na sua escola?

( ) Aluno com deficiência intelectual

( ) Aluno com baixa visão

( ) Aluno cego

( ) Aluno com deficiência auditiva

( ) Aluno com surdez

( ) Aluno com deficiência física

( ) Aluno com deficiência múltipla

( ) Aluno com Síndrome de Down

( ) Aluno com surdocegueira

( ) Aluno com TEA

( ) Outros. Quais?

_____
_____
_____
_____

2. Quanto aos alunos com deficiência: Qual é o número de matriculados na sua escola?

_____
_____

3. Indique quais adequações físicas estão sendo executadas na sua escola:

( ) Construção ou adequação de rampas

( ) Adequação de banheiros

( ) Sinalização sonora

( ) Alargamento de portas

( ) Sinalização visual

( ) Sinalização tátil

( ) Outros.

Especifique:_____

( ) Nenhuma adequação ainda.

4 Que estratégias a escola desenvolve para promover a inclusão dos alunos com deficiência dentro do contexto escolar?

_____
_____
_____

5 Quais são as ações da educação especial desenvolvidas na sua escola?

( ) Oferece o AEE.

( ) Promove capacitação de toda a equipe escolar.

( ) Promove formação continuada de professores da sala de aula comum.

( ) Oportuniza acessibilidade nos espaços e materiais escolares, entre outros.

( ) Orienta às famílias.

( ) Estabelece parceria com outros setores na comunidade.

( ) Outras. Especifique:

_____

_____

6. Como a sua escola vem garantindo a permanência dos alunos com deficiência dentro do ambiente escolar?

_____

_____

_____

7. Qual é o papel da liderança escolar na formação da equipe escolar para a educação inclusiva?

_____

_____

_____

8. Qual é o objetivo principal da formação da equipe escolar na educação inclusiva?

_____

_____

_____

9. Você teve conhecimento do AEE como um novo serviço da educação especial e como Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva?

( ) Sim ( ) Não

10. A sua equipe escolar participa da construção do Projeto Político-Pedagógico de sua escola?

( ) Sim ( ) Não.

Porquê?

_____

_____

_____

11. Como a formação da equipe escolar pode ser integrada ao currículo escolar?

12. Você estabelece algum tipo de intercâmbio/diálogo com a sua equipe escolar ou com outros gestores da rede privada?

( ) Sim ( ) Não.

Como?

13. Quais são os principais desafios que a sua equipe escolar enfrenta na implementação da educação inclusiva?

14. Como a formação da equipe escolar pode ajudar a superar esses desafios?

15. Qual a frequência que a escola fornece capacitação para a equipe escolar?

( ) Semanalmente

( ) Mensalmente

( ) Semestralmente

( ) Anualmente

Porque?

16. Quais são os principais tópicos que devem ser abordados na formação da equipe escolar para a educação inclusiva?

_____
_____

17. Como a formação da equipe escolar pode ser avaliada e monitorada?

_____
_____
_____

18. Quais são os benefícios da formação da equipe escolar para a educação inclusiva?

_____
_____
_____

19. Quais são as perspectivas futuras para a formação da equipe escolar na educação inclusiva?

_____
_____
_____

_____
Assinatura do (a) Gestor (a)

Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.
Atenciosamente – professora Lêda Faustino Mendes

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre a "Percepção de gestores escolares a respeito da formação continuada dos profissionais para promover a Educação Inclusiva" e está sendo desenvolvida pela discente Lêda Faustino Mendes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba sob orientação da prof. Dra. Munique Massaro.

Os objetivos do estudo são: 1. Conhecer a percepção da gestora administrativa e pedagógica a respeito da formação da equipe escolar para promover uma educação inclusiva. 2. Identificar o papel da gestora administrativa e pedagógica na promoção de uma educação inclusiva; 3. Identificar os desafios enfrentados pela equipe escolar na formação continuada para promover a educação inclusiva; 4. Identificar as estratégias adotadas pela gestão escolar para capacitar a equipe e superar barreiras na promoção de uma educação inclusiva efetiva.

A finalidade deste estudo é compreender e analisar o papel fundamental da gestora administrativa e pedagógica na efetivação da educação inclusiva**,** bem como identificar os principais desafios enfrentados na formação da equipe escolar para a implementação de práticas inclusivas**.**

Solicitamos a sua colaboração para responder o questionário com perguntas abertas e fechadas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e publicar em revista científica. Após uma semana da entrega do questionário irei recolher os mesmos. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, mas pode causar desconforto ou incômodo ao responder alguma pergunta.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

_____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato da Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Munique Massaro

Endereço (Setor de Trabalho): Cidade Universitária, s/n - Castelo Branco III, João Pessoa - PB, CEP 58051-085. Centro de Educação. Departamento de Habilitações Pedagógicas.

Atenciosamente,

_____

Assinatura do Pesquisador Responsável

_____

Assinatura do aluno participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.